

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2019 da Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. – SICOOB CREDITRIL, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 20 de janeiro de 2019, o SICOOB CREDITRIL completou vinte e sete anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB CREDITRIL obteve um resultado bruto de R\$ 5.394.484,57, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 11,15%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 180.458.036,34. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 84.790.246,69.

A carteira de créditos encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 5.321.252,43	6,28%
Carteira Comercial	R\$ 79.468.994,26	93,72%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 26,25% da carteira, no montante de R\$ 22.258.409,34.

4. Captações

As captações, no total de R\$ 228.712.453,30, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 30,93%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 68.913.595,33	30,13%
Depósitos a Prazo	R\$ 159.798.857,97	69,87%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 19,27% das captações, no montante de R\$ 44.071.221,05.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDITRIL era de R\$ 38.562.419,91. O quadro de associados era composto por 11.757 Cooperados, havendo um acréscimo de 13,20% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado, através da Plataforma - Classificação de Riscos e Limites – CRL, do SISBR 2.0, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDITRIL adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda uma Agente de Controles Internos, supervisionada diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que por sua vez, faz as auditorias internas.

O balanço da Cooperativa é auditado por empresa de auditoria cooperativa, que emite relatório, levado ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todo esse processo é acompanhado e fiscalizado pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Instruções Gerais - Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal e o Regimento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.



Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE/OCEMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDITRIL aderiram, em 16.08.2010, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados; dispõe de diretor responsável pela área e de uma Ouvidora. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB CREDITRIL, registrou 11 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 11 manifestações, 8 foram consideradas improcedentes e 3 procedentes e solucionadas dentro do prazo legal, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$250 mil por Associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo é exercida pela Assembléia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes




ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos


Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Uberlândia (MG), 20 de janeiro de 2020.

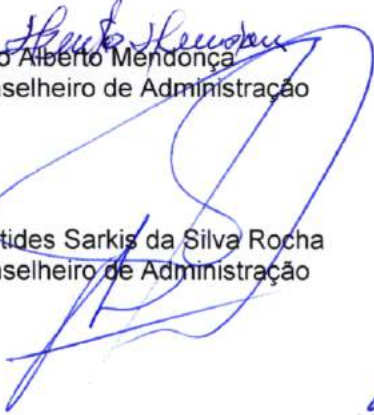
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSÃO
DO TRIÂNGULO LTDA.
3224 – SICOOB CREDITRIL



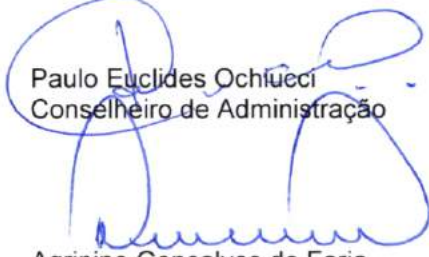
Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração



Moacir Inácio da Costa
Conselheiro de Administração




João Alberto Mendonça
Conselheiro de Administração

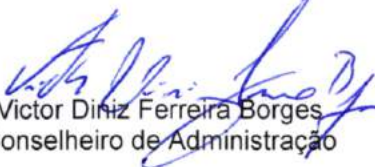


Paulo Euclides Ochiucci
Conselheiro de Administração

Aristides Sarkis da Silva Rocha
Conselheiro de Administração



Agripino Gonçalves de Faria
Conselheiro de Administração



Victor Diniz Ferreira Borges
Conselheiro de Administração



Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo



Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSÃO DO TRIÂNGULO LTDA
SICOOB CREDITRIL - CNPJ: 41.669.227/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em reais - R\$)

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018
Circulante	Nota	240.102.528,19	212.496.777,86
Disponibilidades	4	2.680.625,06	1.150.193,10
Títulos e Valores Mobiliários		-	2.044.872,12
Recibos de Depósitos Cooperativos			2.044.872,12
Relações Interfinanceiras	5	180.458.036,34	159.625.747,55
Centralização Financeira - Cooperativas		180.458.036,34	159.625.747,55
Operações de Crédito	6	54.731.412,18	47.936.596,51
Operações de Crédito		58.535.681,41	49.259.385,14
(Prov. para Operações de Créd. de Liq. Duvidosa)		(3.804.269,23)	(1.322.788,63)
Outros Créditos	7	1.932.608,45	1.216.078,06
Crédito por Avais e Fianças Honrados		16.598,90	6.371,21
Rendas a Receber		974.085,94	1.063.346,22
Diversos		958.522,51	152.731,84
(Provisão para Outros Créd. de Liq. Duvidosa)		(16.598,90)	(6.371,21)
Outros Valores e Bens	8	299.846,16	523.290,52
Bens Não de Uso Próprio		298.000,51	298.000,51
(Provisões para Desvalorizações)		(63.344,20)	(63.344,20)
Despesas Antecipadas		65.189,85	288.634,21
Realizável a Longo Prazo		27.602.903,40	17.347.938,09
Operações de Crédito	6	26.254.565,28	16.027.201,35
Operações de Crédito		26.254.565,28	16.027.201,35
Outros Créditos	7	1.348.338,12	1.320.736,74
Depósitos para interposição de recursos fiscais		1.348.338,12	1.320.736,74
Permanente		25.431.242,54	22.175.253,12
Investimentos	9	11.542.284,86	9.755.384,35
Participações em Coligadas e Controladas - No País		7.169.726,63	6.286.630,72
Participações em Cooperativas		4.370.908,23	3.467.103,63
Outros Investimentos		1.650,00	1.650,00
Imobilizado em Uso	10	13.887.457,68	12.408.368,77
Imobilizações em Curso		-	2.382.693,21
Imobilizado de Uso		16.095.191,13	11.906.046,67
Outras Imobilizações de Uso		1.923.756,69	1.661.035,34
(Depreciações Acumuladas)		(4.131.490,14)	(3.541.406,45)
Intangível		1.500,00	11.500,00
Ativos Intangíveis		235.833,33	235.833,33
(Amortização Acumulada)		(234.333,33)	(224.333,33)
TOTAL DO ATIVO		293.136.674,13	252.019.969,07

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Charles Drake Guimarães Gonçalves
 Presidente do Conselho de Administração

Roldão Alves Ferreira Filho
 Diretor Administrativo

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
 Diretor Financeiro

Aline Lorryne Santos Cintra
 Contadora - CRC/MG 92154/O-0



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSÃO DO TRIÂNGULO LTDA
SICOOB CREDITRIL - CNPJ: 41.669.227/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em reais - R\$)

P A S S I V O	Nota	31/12/2019	31/12/2018
		242.502.672,40	200.443.028,22
Circulante			
Depósitos	11	228.712.453,30	174.688.844,67
Depósitos à Vista		68.913.595,33	53.955.856,09
Depósitos a Prazo		159.798.857,97	120.732.988,58
Relações Interfinanceiras	12	4.043.153,11	14.889.629,00
Repasse Interfinanceiros		4.043.153,11	14.889.629,00
Relações Interdependências	13	6.353.040,19	6.699.658,98
Recursos em Trânsito de Terceiros		6.353.040,19	6.699.658,98
Outras Obrigações		3.394.025,80	4.164.895,57
Arrecadação de Tributos e Assemelhados		50.677,84	27.847,79
Sociais e Estatutárias	14.1	1.252.088,19	1.210.053,09
Fiscais e Previdenciárias	14.2	561.900,02	443.138,16
Diversas	14.3	1.529.359,75	2.483.856,53
Exigível a Longo Prazo		2.254.157,06	7.867.858,52
Obrigações Interfinanceiras	12	906.818,96	6.547.121,78
Repasse Interfinanceiros		906.818,96	6.547.121,78
Outras Obrigações	14.3	1.347.338,10	1.320.736,74
Provisão para interposição de recursos fiscais		1.347.338,10	1.320.736,74
Patrimônio Líquido		48.379.844,67	43.709.082,33
Capital Social	16.a	25.512.793,65	23.361.440,81
De Domiciliados no País		25.535.184,42	23.379.220,00
(Capital a Realizar)		(22.390,77)	(17.779,19)
Reserva de Lucros		21.439.307,93	19.216.319,69
Reserva Legal		21.439.307,93	19.205.487,04
Reserva para Contingências		-	10.832,65
Sobras Acumuladas		1.427.743,09	1.131.321,83
TOTAL		293.136.674,13	252.019.969,07

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

Aline Lorryne Santos Cintra
Contadora - CRC/MG 92154/O-0

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em reais - R\$)		Exercícios findos em:		
	Nota	2° SEMESTRE/2019	SALDO EM 31/12/2019	SALDO EM 31/12/2018
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira				
		7.167.751,82	13.568.638,86	11.495.731,54
Operações de Crédito		7.135.159,51	13.474.726,07	11.227.996,53
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		32.592,31	93.912,79	267.735,01
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira				
		(7.134.427,10)	(12.723.736,88)	(10.741.630,44)
Operações de Captação no Mercado	11.b	(4.517.742,06)	(8.902.270,56)	(8.045.657,54)
Operações de Empréstimos e Repasses		(283.649,65)	(932.296,52)	(2.119.463,72)
Provisão para Operações de Créditos		(2.333.035,39)	(2.889.169,80)	(576.509,18)
Resultado Bruto Intermediação Financeira				
		33.324,72	844.901,98	754.101,10
Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispêndios)				
		2.155.633,40	4.520.951,40	4.228.201,77
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		1.320.483,00	4.129.680,56	2.959.816,42
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		2.182.143,74	2.488.582,58	2.031.646,49
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(5.148.468,84)	(10.221.444,67)	(9.297.469,75)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(3.451.270,49)	(6.349.758,86)	(5.065.708,86)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(210.700,65)	(404.338,85)	(299.287,60)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	19	2.718.637,10	5.012.993,42	3.553.223,25
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		5.096.414,11	10.487.748,07	10.661.764,48
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	20	(351.604,57)	(622.510,85)	(315.782,66)
Resultado Operacional				
		2.188.958,12	5.365.853,38	4.982.302,87
Resultado Não Operacional				
	21	23.401,00	28.631,19	12.795,06
Receitas Não Operacionais		28.125,93	33.356,12	85.331,69
Despesas Não Operacionais		(4.724,93)	(4.724,93)	(72.536,63)
Resultado antes da Tributação e Participações				
		2.212.359,12	5.394.484,57	4.995.097,93
Imposto de Renda e Contribuição Social				
		(280.944,29)	(543.210,59)	(413.066,56)
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperados		(171.090,18)	(330.506,62)	(236.158,67)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados		(109.854,11)	(212.703,97)	(176.907,89)
Participação nas Sobras				
		(200.762,93)	(383.632,20)	(343.590,65)
Sobras antes das Destinações				
		1.730.651,90	4.467.641,78	4.238.440,72
Destinações Estatutárias				
	16.d	-	(3.350.731,34)	(3.178.830,54)
F.A.T.E.S			(1.116.910,45)	(1.059.610,18)
Reserva Legal			(2.233.820,89)	(2.119.220,36)
Lucro (Sobra) Líquido				
		1.730.651,90	1.116.910,44	1.059.610,18

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

Aline Lorryne Santos Cintra
Contadora CRC/MG 92154/O-0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Contingências		
Saldo em 31/12/2017	20.245.336,70	(24.946,54)	17.086.266,68	82.544,30	1.134.172,54	38.523.373,68
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas						
Ao Capital	1.134.172,54				(1.134.172,54)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados						
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.546.124,57	7.167,35				2.553.291,92
Estorno de Capital	(625,00)					(625,00)
Por Devolução (-)	(545.788,81)					(545.788,81)
Reversões de Reservas				(71.711,65)	71.711,65	-
Sobras Líquidas					4.238.440,72	4.238.440,72
FATES - Atos Não Cooperativos						
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva			2.119.220,36		(2.119.220,36)	-
. FATES					(1.059.610,18)	(1.059.610,18)
Saldos em 31/12/2018	23.379.220,00	(17.779,19)	19.205.487,04	10.832,65	1.131.321,83	43.709.082,33
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas				300.000,00		300.000,00
Ao Capital	831.321,83				(1.131.321,83)	(300.000,00)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.975.991,48	(4.611,58)				1.971.379,90
Estorno de Capital	(31.458,34)					(31.458,34)
Por Devolução (-)	(619.890,55)					(619.890,55)
Reversões de Reservas				(310.832,65)	310.832,65	-
Sobras Líquidas					4.467.641,78	4.467.641,78
FATES - Atos Não Cooperativos						
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva			2.233.820,89		(2.233.820,89)	-
. FATES					(1.116.910,45)	(1.116.910,45)
Saldos em 31/12/2019	25.535.184,42	(22.390,77)	21.439.307,93	-	1.427.743,09	48.379.844,67
Saldos em 30/06/2019	24.775.679,77	(27.974,92)	19.205.487,04	150.237,58	2.897.584,95	47.001.014,42
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.048.048,99	5.584,15				1.053.633,14
Por Devolução (-)	(287.169,34)					(287.169,34)
Estorno de Capital	(1.375,00)					(1.375,00)
Reversões de Reservas				(150.237,58)	150.237,58	-
Sobras Líquidas					1.730.651,90	1.730.651,90
FATES - Atos Não Cooperativos						
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva			2.233.820,89		(2.233.820,89)	-
. FATES					(1.116.910,45)	(1.116.910,45)
Saldos em 31/12/2019	25.535.184,42	(22.390,77)	21.439.307,93	-	1.427.743,09	48.379.844,67

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

 Charles Drake Guimarães Gonçalves
 Presidente do Conselho de Administração

 Roldão Alves Ferreira Filho
 Diretor Administrativo

 Matheus Giovanni Pereira Fernandes
 Diretor Financeiro

 Aline Lorryne Santos Cintra
 Contadora - CRC/MG 92154/O-0

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DESCRIÇÃO	Segundo Semestre/2019	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	2.212.359,12	5.394.484,56	4.995.097,93
IRPJ / CSLL	(280.944,29)	(543.210,58)	(413.066,56)
Participações no Lucro(Sobra)	(200.762,93)	(383.632,20)	(343.590,65)
Provisão para Operações de Crédito	2.333.035,39	2.889.169,80	576.509,18
Depreciações e Amortizações	361.547,17	679.774,79	606.854,53
	4.425.234,46	8.036.586,37	5.421.804,43
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Titulos e Valores Mobiliários	2.106.192,60	2.044.872,12	5.305.752,14
Operações de Crédito	(11.326.788,19)	(19.911.349,40)	(14.628.253,33)
Outros Créditos	(294.985,59)	(744.131,77)	(105.398,81)
Outros Valores e Bens	173.565,47	223.444,36	(142.900,72)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	5.889.695,96	14.957.739,24	11.925.979,79
Depósitos a Prazo	(4.739.263,68)	39.065.869,39	16.517.506,39
Relações Interdependências	5.618.824,59	(346.618,79)	1.846.813,75
Relações Interfinanceiras	(4.441.908,32)	(16.486.778,71)	(4.562.155,40)
Outras Obrigações	(1.253.200,82)	(1.861.178,86)	(611.336,15)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(3.842.633,52)	24.978.453,95	20.967.812,09
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso			4.625,19
Aquisição de Imobilizado de Uso	(732.553,19)	(2.148.863,70)	(1.367.915,70)
Aquisição de Investimentos	(687.772,62)	(1.786.900,51)	(1.228.773,90)
Outros Ajustes			1.392,43
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.420.325,81)	(3.935.764,21)	(2.590.671,98)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.053.633,14	1.971.379,90	2.553.291,92
Devolução de Capital à Cooperados	(287.169,34)	(619.890,55)	(545.788,81)
Estorno de Capital	(1.375,00)	(31.458,34)	(625,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	765.088,80	1.320.031,01	2.006.878,11
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(4.497.870,53)	22.362.720,75	20.384.018,22
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	187.636.531,93	160.775.940,65	140.391.922,43
No Fim do Período	183.138.661,40	183.138.661,40	160.775.940,65
Variação Líquida das Disponibilidades	(4.497.870,53)	22.362.720,75	20.384.018,22

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

Aline Lorryne Santos Cintra
Contadora CRC/MG 92154

Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda.
SICOOB CREDITRIL – CNPJ 41.669.227/0001-01

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018
(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSÃO DO TRIÂNGULO LTDA – SICOOB CREDITRIL, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/09/1991, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDITRIL possui 8 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades:

Cidade	Endereço	CEP	Telefone
Uberlândia-Centro Administrativo	Av. Marciano de Ávila, 1066	38400-752	34-3291-2000
Uberlândia-João Naves	Av. João Naves de Ávila, 3883	38408-288	34-3257-4948
Uberlândia-Júlio Cesar Pereira	Av. Alípio Abrão, 2071	38410-129	34-3210-8899
Uberlândia-Planalto	Av. Indaiá, 780	38413-111	34-3238-4948
Uberlândia-Umuarama	Av. Afonso Pena, 4545	38.405-309	34-3223-4948
Uberlândia-Pátio Sabiá	Av. Bélgica, 1220	38405-030	34-3238-2896
Prata	Praça Getúlio Vargas, nº 39	38140-000	34-3431-4948
Tupaciguara	Av. Tiradentes, 186	38430-000	34-3281-4947

O SICOOB CREDITRIL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71, normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF tendo sido aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de janeiro de 2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAQL CECREMGE e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme Art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	2.680.625,06	1.150.193,10
Relações interfinanceiras – centralização financeira	180.458.036,34	159.625.747,55
TOTAL	183.138.661,40	160.775.940,65

5. Relações Interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	180.458.036,34	159.625.747,55

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, conforme determinado no art. 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	39.270,02		39.270,02	33.459,77
Ch. Especial/Contas Garantidas	6.476.809,86		6.476.809,86	5.516.286,20
Empréstimos	42.088.362,96	21.884.722,53	63.973.085,49	33.331.474,32
Direitos Creditórios Descontados	1.598.742,36		1.598.742,36	1.441.018,39
Financiamentos	3.361.958,08	4.019.128,45	7.381.086,53	3.452.329,64
Financiamentos Rurais – Repasses	4.970.538,13	350.714,30	5.321.252,43	21.512.018,17
(-) Prov. p/Perdas c/Op. de Crédito	(3.804.269,23)		(3.804.269,23)	(1.322.788,63)
Totais	54.731.412,18	26.254.565,28	80.985.977,46	63.963.797,86

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Emprést. / Dir.Cred. Desc.	Financiamentos	Financ. Rurais	Total em 2019	Provisões 2019	Total em 2018	Provisões 2018	
AA						854.031,83	-	
A	0,5% Normal	41.261.113,35	2.680.050,02	4.009.360,58	47.950.523,95	(239.752,60)	34.098.421,33	(170.492,18)
B	1% Normal	17.307.968,96	1.794.751,73	872.870,04	19.975.590,73	(199.755,90)	24.908.889,46	(249.088,95)
B	1% Vencidas	44.064,68		109.379,29	153.443,97	(1.534,42)	76.868,19	(768,69)
C	3% Normal	8.101.289,00	2.638.597,91	68.775,08	10.808.661,99	(324.259,85)	2.744.770,64	(82.343,13)
C	3% Vencidas	67.805,07	55.269,76		123.074,83	(3.692,22)	137.501,54	(4.125,10)
D	10% Normal	868.678,27	174.119,78	67.985,97	1.110.784,02	(111.078,39)	979.695,26	(97.969,53)
D	10% Vencidas	295.803,57			295.803,57	(29.580,35)	234.906,18	(23.490,62)
E	30% Normal	464.655,08			464.655,08	(139.396,51)	510.819,56	(153.245,89)
E	30% Vencidas	415.863,97	23.335,23		439.199,20	(131.759,75)	226.247,23	(67.874,18)
F	50% Normal	589.731,90			589.731,90	(294.865,94)	7.922,24	(3.961,12)
F	50% Vencidas	25.247,58			25.247,58	(12.623,78)	73.268,07	(36.634,04)
G	70% Normal	1.442.209,29			1.442.209,29	(1.009.546,49)	1.499,25	(1.049,49)
G	70% Vencidas	156.776,98		192.881,47	349.658,45	(244.760,92)	0,00	
H	100% Normal	142.660,22			142.660,22	(142.660,20)	147.388,34	(147.388,34)
H	100% Vencidas	904.039,81	14.962,10		919.001,91	(919.001,91)	284.357,37	(284.357,37)
Total Normal		70.178.306,07	7.287.519,44	5.018.991,67	82.484.817,18	(2.461.315,88)	64.253.437,91	(905.538,63)
Total Vencido		1.909.601,66	93.567,09	302.260,76	2.305.429,51	(1.342.953,35)	1.033.148,58	(417.250,00)
Total Geral		72.087.907,73	7.381.086,53	5.321.252,43	84.790.246,69	(3.804.269,23)	65.286.586,49	(1.322.788,63)
Provisões		(3.478.982,64)	(151.538,43)	(173.748,16)	(3.804.269,23)		(1.322.788,63)	
Total Líquido		68.608.925,09	7.229.548,10	5.147.504,27	80.985.977,46		63.963.797,86	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas, tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Ad. a Depositantes	39.270,02			39.270,02
Ch.Esp./C/Garantida	6.476.809,86			6.476.809,86
Empréstimos	9.453.982,86	32.634.380,10	21.884.722,53	63.973.085,49
Direitos Creditórios Desc.	1.525.894,32	72.848,04		1.598.742,36
Financiamentos	1.040.012,09	2.321.945,99	4.019.128,45	7.381.086,53
Financiamentos Rurais	1.617.827,54	3.352.710,59	350.714,30	5.321.252,43
Totais	20.153.796,69	38.381.884,72	26.254.565,28	84.790.246,69

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos /Conta Corrente/ Títulos Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.530.780,75	345.023,11		3.875.803,86	4,57%
Setor Privado Indústria	66.794,85	18.999,10		85.793,95	0,10%
Setor Privado - Serviços	10.466.937,27	3.996.005,68		14.462.942,95	17,06%
Pessoa Física	57.747.296,36	3.021.058,64	5.321.252,43	66.089.607,43	77,94%
Outros	276.098,50			276.098,50	0,33%
TOTAL	72.087.907,73	7.381.086,53	5.321.252,43	84.790.246,69	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	(1.322.788,63)	(1.088.861,33)
Constituições/Reversões no período	(2.878.942,11)	(351.053,63)
Transferências para prejuízo no período	397.461,51	117.126,33
Total	(3.804.269,23)	(1.322.788,63)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	3.145.376,12	3,71%	3.099.434,09	4,75%
10 Maiores Devedores	15.165.078,13	17,89%	11.996.351,95	18,37%
50 Maiores Devedores	34.445.113,24	40,62%	28.206.959,78	43,20%

Obs.: Desconsiderados os grupos econômicos.

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	3.709.728,27	3.604.375,62
Valor das operações transferidas no período	397.461,51	351.053,63
Valor das operações recuperadas no período	(329.173,84)	(245.700,98)
Total	3.778.015,94	3.709.728,27

h) Operações renegociadas

Durante o exercício de 2019, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 3.190.275,95, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Avais e Fianças Honrados	16.598,90		16.598,90	6.371,21
Rendas a Receber (a)	974.085,94		974.085,94	1.063.346,22
Diversos (b)	958.522,51		958.522,51	152.731,84
(-) Provisões para Outros Créditos (c)	(16.598,90)		(16.598,90)	(6.371,21)
Totais	1.932.608,45		1.932.608,45	1.216.078,06

Devedores por depósitos em garantia (d)		1.348.338,12	1.348.338,12	1.320.736,74
Totais		1.348.338,12	1.348.338,12	1.320.736,74

- (a) Saldo de rendas a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de convênios (R\$ 52.598,73), rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$ 184.126,80) rendas da centralização financeira (R\$ 704.364,47) e outras rendas a receber (R\$ 32.995,94)
- (b) Refere-se a adiantamentos e antecipações salariais (R\$ 49.252,17), Adiantamento para Instalação Energia Fotovoltaica (R\$ 127.232,47), Pendências a Regularizar (R\$ 40,68) e Tarifas a Receber (R\$ 14.887,69), Impostos a compensar (R\$767.109,50)
- (c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2682/1999.

Nível de Risco / Situação	Percentual	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões em 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões em 31/12/2018
H 100%	Vencidas	16.598,90	16.598,90	(16598,90)	6.371,21	(6.371,21)
Total Geral		16.598,90	16.598,90	(16.598,90)	6.371,21	(6.371,21)
Provisões		(16.598,90)	(16.598,90)		(6.371,21)	

- (d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 1.347.338,12) e para interposição de recursos trabalhistas (R\$ 1.000,00).

8. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	298.000,51	298.000,51
(-) Provisões para Desvalorizações (b)	(63.344,20)	(63.344,20)
Despesas Antecipadas (c)	65.189,85	288.634,21
Total	299.846,16	523.290,52

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- (b) Refere-se a provisão constituída com base em laudo atualizado de avaliação do bem.
- (c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativistas, contribuições a fundos e IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB	7.169.726,63	6.286.630,72
Sicoob Central Cecremge	4.370.908,23	3.467.103,63
Outros Investimentos – Obras de Arte	1.650,00	1.650,00
Total	11.542.284,86	9.755.384,35

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizações em Curso (a)		0,00	2.382.693,21
Terrenos	-	3.664.523,48	1.664.523,48
Edificações	4%	10.316.990,37	8.770.326,14
(-) Depreciações Acumuladas-Edificações		(1.950.130,86)	(1.593.818,33)
Instalações	10%	455.833,27	87.637,36
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(88.574,19)	(58.600,04)
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	1.657.844,01	1.383.559,69
(-) Depreciações Acum. Mov. e Equip.de Uso		(843.648,47)	(783.455,62)
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.280.626,36	1.085.402,07
Sistemas de Comunicação	10%	16.968,56	14.948,56
Sistemas de Segurança	10%	367.561,66	302.084,60
Sistema de Transportes	20%	258.600,11	258.600,11
(-) Depreciação Acum. - Outras Imob.de Uso		(1.249.136,62)	(1.105.532,46)
TOTAL		13.887.457,68	12.408.368,77

(a) As imobilizações em curso foram alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominados de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do titular dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis", já as remunerações pré-fixadas são calculadas pelo prazo final da operação, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos à vista	68.913.595,33	53.955.856,09
Depósitos a Prazo	159.798.857,97	120.732.988,58
Total	228.712.453,30	174.688.844,67

Os depósitos até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	5.908.358,88	2,58%	3.632.235,83	2,08%
10 Maiores Depositantes	28.542.737,47	12,48%	16.961.887,04	9,71%
50 Maiores Depositantes	68.381.762,50	29,90%	45.447.978,17	26,02%

b) Despesas com Operações de captação de mercado

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos a Prazo	(8.585.226,65)	(7.780.576,56)
Contribuição ao Fundo Garantidor do Cooperativismo	(317.043,91)	(265.080,98)
Total	(8.902.270,56)	(8.045.657,54)

12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades. As garantias oferecidas são as cauções dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituição	Taxa	Vencimentos	31/12/2019	31/12/2018
Bancoob	2,00% a.a. à 8,50% a.a	01/2020 a 03/2022	5.118.110,75	22.436.620,63
(-) Despesas a Apropriar			(168.138,68)	(999.869,85)
Total			4.949.972,07	21.436.750,78

a) As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2019 o montante de R\$ 932.296,52, com título na Demonstração de Sobras de "Operações de Empréstimos e Repasses"

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa, são registrados nesta conta para posterior repasse, por sua ordem:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento (a)	6.251.215,00	6.584.424,13
Concessionárias de serviços públicos	101.825,19	115.234,85
Total	6.353.040,19	6.699.658,98

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados para melhor adequação contábil.

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	50.677,84	27.847,79
Sociais e Estatutárias	1.252.088,19	1.210.053,09
Fiscais e Previdenciárias	561.900,02	443.138,16
Diversas	2.876.697,85	3.804.593,27
TOTAL	4.741.363,90	5.485.632,31

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	1.116.910,45	1.063.487,54
Cotas de Capital a pagar (b)	135.177,74	146.565,55
Total	1.252.088,19	1.210.053,09

- a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído por 25% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme Lei 5.764/1971.
- b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições sobre Lucros a Pagar	110.316,61	74.529,61
Impostos e contribuições a recolher	451.583,41	368.608,55
Total	561.900,02	443.138,16

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	96.815,35	135.992,46
Provisões – Despesas de Pessoal	909.101,34	797.925,48
Outras Despesas Administrativas (a)	73.425,94	106.771,15
Créditos de Terceiros (b)	79.707,16	821.957,63
Cheques Descontados (c)	96.362,12	18.130,66
Pendências a Regularizar – Cooperativa Central/Bancoob	72.986,65	522.376,47
Sobras de Caixa	3.364,88	4.049,62
Provisão para Garantias Prestadas (d)	172.791,44	76.653,06
Provisão para Contingências (e)	1.347.338,12	1.320.736,74
Obrigações por Aquisição de Cotas – Sicoob Central Cecremge	24.804,85	0,00
Total	2.876.697,85	3.804.593,27

- (a) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com água/energia, plano de saúde, transportes de valores e outras, obedecendo ao regime de competência.
- (b) Refere-se à provisão de valores de convênio de assistência médica, suspensos judicialmente junto à operadora, aguardando decisão.
- (c) Refere-se a cheques depositados relativos a descontos, enviados à compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2019.
- (d) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 8.255.690,51 – (31/12/2018 – R\$ 6.509.187,33), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- (e) Refere-se à contrapartida do Depósito Judicial, considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

15. Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDITRIL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2019, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$587.000,00 com recursos provenientes do Sicoob Cotas Partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	25.512.793,65	23.361.440,81
Associados	11.757	10.386

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme Lei 5.765/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 19/04/2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do Capital Social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 831.321,83 (oitocentos e trinta e um, trezentos e vinte e um mil e oitenta e três centavos)

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	4.467.641,78	4.238.440,72
Destinações estatutárias	(3.350.731,34)	(3.178.830,54)
Reserva Legal - 50%	(2.233.820,89)	(2.119.220,36)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – 25%	(1.116.910,45)	(1.059.610,18)
Sobras	1.116.910,44	1.059.610,18
Reversão de Reservas	310.832,65	71.711,65
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.427.743,09	1.131.321,83

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de prestação de serviços	3.243.280,88	2.283.443,81
Despesas específicas de atos não cooperativos	(436.090,07)	(310.115,80)
Despesas apropr. na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.448.865,22)	(1.021.898,96)
Resultado operacional	1.358.325,59	951.429,05
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	28.631,19	76.139,26
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.386.956,78	1.027.568,31
IRPJ / CSLL	(543.210,58)	(413.066,56)
Total Receitas Vendas de Consórcios / Seguros com Associados	(1.421.604,08)	(685.007,22)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(577.857,88)	(70.505,47)

18. Participação no Lucro (Sobra)

Consubstanciada pela Lei 10.101/00 e convenção coletiva, a cooperativa provisionou o montante de R\$200.762,93, a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 17/01/2020.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	1.051.251,00	749.453,70
Reversão Provisão para Garantias Prestadas	85.784,55	24.148,88
Rendas Juros Cartão de Crédito	235.484,81	139.292,55
Rendas Multas por Atraso – Cartão de Crédito	21.442,92	11.442,85
Crédito Receita Sipag – Faturamento	310.480,78	98.700,31
Crédito Receita Sipag – Antecipação	375.093,09	350.341,01
Rendas Intercâmbio – Cartão de Crédito		98.899,38
Rendas Intercâmbio – Cartão de Débito		234.180,20
Dividendos	883.092,21	673.282,12
Distribuição de Sobras da Central	132.471,38	191.530,89
Rendas Repasse Del Credere	17.989,34	2.697,37
Deduções e Abatimentos	2.650,85	
Outras Rendas Operacionais	1.897.252,49	979.253,99
Total	5.012.993,42	3.553.223,25

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de provisões passivas	(181.922,93)	(32.077,38)
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(1.843,45)	(6.980,24)
Outras despesas operacionais	(438.744,47)	(276.725,04)
Total	(622.510,85)	(315.782,66)

21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucro em Transações com Valores e Bens	21.451,81	71.801,11
Ganhos de Capital	11.904,31	13.530,58
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(7.800,00)
Perdas de Capital	(4.724,93)	(1.392,43)
Outras Receitas Não Operacionais		0,00
Despesas de Provisões Operacionais		(63.344,20)
Outras Despesas não Operacionais		0,00
Resultado Líquido	28.631,19	12.795,06

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como: movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	772.617,38	0,3582%	3.754,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	223.270,80	0,1035%	1.104,00
TOTAL	995.888,18	0,4618%	4.858,00
Montante das Operações Passivas	28.566.087,17	10,6869%	

Operações ativas e passivas – saldos em 31/12/2019:

OPERAÇÕES ATIVAS			
Natureza das Operações de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em relação à Carteira Total
Cheque Especial	3.161,58	31,52	0,10%
Crédito Rural - Repasses	53.887,34	269,44	1,01%
Empréstimos	625.590,66	3.171,25	0,97%
Financiamentos	12.133,50	60,67	0,16%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.116.883,66	1,63%	Não remunerados
Depósitos a Prazo	15.693.457,19	9,82%	98% do CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, direitos creditórios descontados, crédito rural - repasses, empréstimos, dentre outras, às taxas/remunerações relacionadas no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas médias aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxas aprovadas pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva
Empréstimos	0,99% a.m.	0,99% a.m.
Financiamentos	1,80% a.m.	1,80% a.m.
Crédito Rural – Repasses	Taxas BNDES	Taxas BNDES
Aplicações Financeiras – Pós Fixadas	98% do CDI	98% do CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL – MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	0,57%
Crédito Rural - Repasses	10,68%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza das Operações de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural - Repasses	58.887,34
Empréstimos e Financiamentos	769.177,38

No exercício de 2019, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença e encargos sociais, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)	
Honorários	1.126.785,76
Cédulas de Presença	123.712,08
Encargos Sociais	263.550,75
Total	1.514.048,59

23. Cooperativa Central

A Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda – Sicoob Creditril, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD. EST. MG. LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

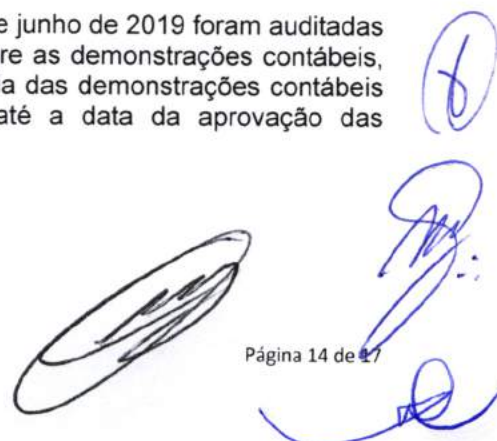
Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e a implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDITRIL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	180.458.036,34	159.625.747,55
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	4.370.908,23	3.467.103,63

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30 de junho de 2019 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29 de agosto de 2019, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2019 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.



24. Gerenciamento de Riscos e de Capital

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

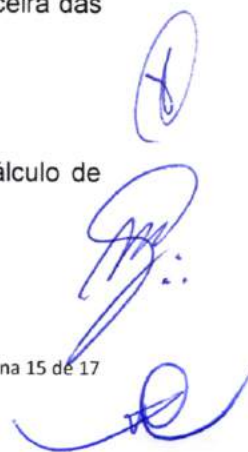
24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;



f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 8.255.690,51 (oito milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e noventa reais e cinquenta e um centavos), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2019	2018
Índice de Basileia	28,96%	30,59%

28. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	1.347.338,12	1.347.338,12	1.320.736,74	1.320.736,74
Para interposição de recursos trabalhistas		1.000,00		
TOTAL	1.347.338,12	1.348.338,12	1.320.736,74	1.320.736,74


PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDITRIL**, dos processos em que figura como polo passivo, foram classificados como perdas possíveis, processos totalizando R\$ 185.865,98.

Uberlândia (MG), 20 de janeiro de 2020.


Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração


Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo


Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro


Aline Lorrayne Santos Cintra
Contadora - CRC-MG 92154/O-0

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. – SICOOB CREDITRIL, reunido em 10 de janeiro de 2020, em cumprimento ao Art. 85, Inciso IV, do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e demonstrações contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício de 2019, findo em 31 de dezembro de 2019, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem, de acordo com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com as notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. – SICOOB CREDITRIL, em 31 de dezembro de 2019.

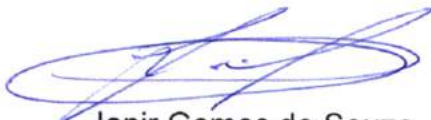
Assim, somos unânimes em aprovar as contas apresentadas pela Diretoria Executiva, relativas ao exercício de 2019.

Uberlândia (MG), 10 de janeiro de 2020.

CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS:



Alceste Henrique Guimarães Menezes
Coordenador do Conselho Fiscal



Janir Gomes de Souza
Secretário do Conselho Fiscal



Guaraci Machado Filho
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda.
SICOOB CREDITRIL

Uberlândia / MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. - SICOOB CREDITRIL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDITRIL em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se

concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 05 de fevereiro de 2020.



Elisângela de Cássia Lara
Contadora - CRC MG 086.574/O
CNAI 3.750